

Procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 2 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais, para a carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Engenharia Civil (CNAEF 582) e com inscrição como membro efetivo da respetiva ordem profissional, para exercício de funções na Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas (DOVI)

ATA N.º 4

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 16h45, reuniu, por meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 2 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais, para a carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Engenharia Civil (CNAEF 582) e com inscrição como membro efetivo da respetiva ordem profissional, para exercício de funções na Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas (DOVI), aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 24 de janeiro de 2023, que recaiu sobre a proposta n.º 69-2023, publicado sob o Aviso n.º 20645/2023, no Diário da República 2.ª série, n.º 208, e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta 202310/0816, ambos de 26 de outubro.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente – Manuel Pires, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Vias.

Vogais efetivos:

- 1.º Vogal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos – Reinaldo Teixeira, Chefe da Divisão de Obras e Infraestruturas;
- 2.º Vogal – Ana Costa, Técnica Superior da Unidade de Apoio Técnico.

1. A reunião do Júri teve por objeto a análise e deliberação de resposta à interpelação do candidato **Sérgio Almeida do Vale** que, após ter sido convocado para a realização do primeiro método de seleção “prova de conhecimentos” questionou o Júri, através de email remetido hoje mesmo, por que motivo não foi a sua candidatura considerada para efeitos do método de seleção “avaliação curricular” atendendo ao facto de já ser detentor de uma relação jurídica de emprego público e ao facto de ter optado pelo método de seleção entrevista de avaliação de competências.

2. Quanto a esta questão importa relembrar o consagrado no ponto 11.1 e 11.2 do Aviso publicado na BEP com o código de oferta 202310/0816, a 26 de outubro, respeitante aos métodos de seleção a aplicar no presente procedimento concursal, que dispõe nos seguintes termos, que passamos a transcrever: “11 - Métodos de Seleção: 11.1 – De acordo com o disposto no artigo 36.º da LTFP e no artigo 17.º da Portaria, serão aplicados os métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências ou Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica, nos seguintes termos: a) Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências a aplicar aos candidatos que se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho concursados, bem como aos candidatos que se encontrem em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou

atividade, desde que não tenham exercido por escrito, ao abrigo do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, a opção pelos métodos referidos na alínea seguinte;

b) Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica a aplicar aos restantes candidatos.

11.2 - Os candidatos referidos na alínea a) do anterior ponto 11.1 podem afastar a aplicação dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, devendo fazer expressamente essa opção por escrito no Formulário Tipo de Candidatura, caso em que se aplicarão, em substituição, os métodos de seleção Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica.”

3. Para que se possa aplicar o método de seleção “avaliação curricular”, e consequentemente avaliar os quatro parâmetros que a compõem, os candidatos deverão remeter a documentação necessária para que se possa proceder a essa mesma avaliação e que estão explanados nas alíneas a) a d) do ponto 11.5.1 do sobredito Aviso.

4. Relativamente ao parâmetro da experiência profissional, em que o que se pondera é o “desempenho efetivo e devidamente comprovado de funções na área de atividade para que o procedimento é aberto, avaliando-se a relevância das funções/atividades já exercidas para o desempenho das funções caracterizadoras do posto de trabalho concursado”, considera-se “desempenho devidamente comprovado aquele que seja atestado por documento idóneo que refira expressamente o período de duração da experiência profissional e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas.” (cfr. alínea c) do referido ponto 11.5.1 e sublinhado nosso).

5. Ora, na verdade, a declaração emitida pela entidade empregadora pública onde o candidato se encontra a desempenhar funções, e que juntou ao seu processo de candidatura, apenas descreve de forma genérica e abstrata as funções por si executadas (“funções consultivas, de estudo, de planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e prepararam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral e especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços”).

6. Efetivamente, a referida declaração não cumpre o requisito acima transcrito, nomeadamente da “discriminação das funções efetivamente exercidas”, o que não permitiu ao Júri aferir da sua hipotética semelhança com as funções caracterizadoras dos postos de trabalho concursados.

7. Neste sentido, foi entendimento do Júri que o candidato deve ser submetido ao método de seleção “prova de conhecimentos”, decisão que o Júri mantém e reitera.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 17h08, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Assinado por: **MANUEL MARQUES PIRES**
Num. de Identificação: 05581858
Data: 2024.01.31 08:42:24+00'00'

Presidente

Assinado por: **REINALDO CARLOS MAGNO MENDES TEIXEIRA**
Num. de Identificação: 12727662
Data: 2024.01.31 08:43:01+00'00'

1.º Vogal Efetivo



2.º Vogal Efetivo